

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Programa nacional de educação da reforma agrária. Uma política de educação brasileira para o campo.

Severino Bezerra da Silva.

Cita:

Severino Bezerra da Silva (2009). *Programa nacional de educação da reforma agrária. Uma política de educação brasileira para o campo.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2062>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Programa nacional de educação da reforma agrária

Uma política de

educação brasileira

para o campo

Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva¹

-UFPB/Brasil

bezerra.prof@hotmail.com

O PRONERA² surgiu no ano de 1998, através da Portaria N° 10/98, do Governo Federal, resultado de uma parceria entre governo, universidades e movimentos sociais rurais, vislumbrando desencadear uma política de Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos da reforma agrária no Brasil. Dessa forma, o PRONERA passou a representar um legítimo canal para promover políticas públicas que atenda as necessidades dos assentamentos rurais, no tocante aos elevados índices de analfabetismo, como baixa escolaridade e profissionalização dos assentados, conforme (I Censo da Reforma Agrária do Brasil, 1996).

O Programa encontra-se embasado nas concepções de uma prática educativa ligadas aos princípios de uma educação do campo e não no campo, visando, sobretudo, fortalecer as

¹ Doutor em Sociologia pela PUC/SP – Professor Adjunto III da UFPB/CE – Grupo de pesquisa pela CAPES: Educação e Movimentos Sociais – Interfaces entre o rural e o urbano – Coordenador-Geral do Projeto Escolarização de Jovens e Adultos em Assentamentos Rurais da Paraíba PRONERS/CPT/UFPB – Brasil.

² No I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), em Brasília no ano de 1997, promovido pelos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conjuntamente com a Universidade de Brasília (UnB), a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), deu origem ao PRONERA, logo após, o MST e seus parceiros realizaram, na cidade de Luziânia (GO), a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, um marco para a política pública de alfabetização, escolarização e profissionalização na modalidade Educação de Jovens e Adultos em áreas de acampamentos assentamentos da reforma agrária.

experiências e identidades sociais dos camponeses que se organizaram, lutaram e conquistaram a terra para viver e trabalhar. Dessa forma em sua pauta pretende propiciar processos educativos não-formais e formais de: alfabetização e escolarização (ensino fundamental e médio), a formação de educadores (as), cursos profissionalizantes e superiores para jovens e adultos que habitam em assentamentos da reforma agrária.

No caso específico da Educação de Jovens e Adultos objetiva projetos de alfabetização e escolarização possibilitando a continuidade nos estudos escolares nos Ensino Fundamental e Médio, por meio de diversos projetos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, por possuírem os maiores índices de analfabetismo, além de alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do Ensino Fundamental, capacita pedagogicamente educadores e fortalecer os canais organizativos e participativos das áreas de assentamentos, nas questões educacionais, produtivas, e tantas outras relacionadas ao cotidiano das famílias assentadas.

O Ensino Médio técnico profissionalizante atende a diversas carências dos assentamentos como na área educacional, com o curso normal(formação para o magistério), na área de agricultura com cursos agrícolas e agroindustriais. E no tocante ao ensino superior (graduação e de especialização), garante a formação profissional, em cursos na área de Pedagogia, Licenciatura em História, Agronomia, Administração, Ciências Agrárias, Medicina Veterinária, em áreas que capacitam jovens e adultos para responderem às questões fundamentais ao mundo dos camponeses assentados, como educação, produção, organização, sustentabilidade. E no campo da relação universidade e os assentamentos rurais, além de promover o diálogo e a pesquisa científica, possibilita a democratização através do acesso e permanência de jovens de origem popular oriundos do campo na universidade pública.

É prioridade para o PRONERA que em seus projetos os educadores e coordenadores locais sejam jovens e adultos ligados aos próprios assentamentos, com o intuito de fortalecer as potencialidades locais, a formação e escolaridade dos educadores e a formação de lideranças jovens, o que nem sempre é viável pela própria ausência de quadros com tais habilidades pedagógicas e políticas.

No manual de operacionalização do PRONERA, observamos princípios básicos norteadores de suas ações como: o participativo, o interativo, o multiplicador, e o inclusivo. A PARTICIPAÇÃO (Manual de Operação de 1998, 2001 e 2004) assegura o envolvimento-participativo da comunidade em todos os processos, desde a elaboração, e execução e avaliação nos projetos; a INTERAÇÃO ocorre entre eles e avança para as parcerias com órgãos governamentais (INCRA, UFPB, FUNDAÇÕES e órgãos locais). O princípio da MULTIPLICAÇÃO fortalecer e

ampliar as potencialidades locais em vários aspectos, dos educandos e educadores, de outras representações e as ações locais. E o aspecto da INCLUSÃO que aparece em 2004, objetiva essa política como um espaço de direitos e conquista da cidadania.

A realidade escolar dos assentamentos rurais no Brasil foi revelada através dos dados apontados pelo Censo da Reforma Agrária (1997), nos quais, a média nacional de analfabetismo era de 39,41 %, chegando a 66,63% na região Nordeste do país, situação que denuncia a carência, em caráter urgentíssimo, de políticas públicas que possam amenizar a curto e médio prazo tal problemática. Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO de 1999 e 2002 mostram que o “PRONERA atendeu 105.491 assentados inscritos nos cursos de alfabetização, elevação de escolaridade e formação técnico-profissional, dos quais 56.776 concluíram o nível ou modalidade de estudo pretendida. E que, dentre todas as regiões, o Nordeste foi o mais beneficiado pelo Programa, tendo recebido 47% do total dos recursos aplicados entre 1998 e 2001”, PEREIRA, (2008, p. 29) acrescenta que:

Entre as tentativas já realizadas no campo da EJA, o PRONERA se apresenta como um Programa que pode contribuir para reverter esse quadro, já que seu objetivo está relacionado à permanência do homem no campo e à conquista de sua autonomia enquanto cidadão consciente de seu papel social. O Projeto, sendo fruto da incansável luta dos movimentos sociais do campo, desponta no país com a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as dimensões da vida humana – econômica, social, ambiental, política, cultural e ética - e executar políticas de educação em todos os níveis de ensino.

Neste sentido, a política pública apresentada pelo PRONERA representa uma nova forma de atender as necessidades dos camponeses, sujeitos sociais da luta e conquista pela reforma agrária, construindo um novo fazer, pensar e agir pedagógico, desconstruindo a visão tradicional de política educacional, na qual o campo era e se tornava, dependente das políticas e concepções construídas na cidade e para a cidade, ou seja projetos descontextualizados que desconhecem o modo de vida e as culturas locais.

No PRONERA o campo se apresenta como um novo paradigma de educação, mediante as seguintes dimensões; emerge como bandeira de luta, conquista e resistência dos movimentos sociais; como canal de universalização e democratização do conhecimento científico e

especialmente o do campo; uma concepção de escola pautada na autonomia institucional e gestão democrática; criação, aplicação e recriação de instrumentos metodológicos relacionados a educação popular e propõe uma experiência educativa que tem como parâmetro as culturas/identidades e diversidades locais em sintonia com as questões regionais, nacionais e internacionais. Como aborda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ambas emanadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Observando por este prisma a educação proposta para os camponeses assentados é indispensável à reconstrução de identidades locais esquecidas dos modelos educacionais tradicionais, e nesta direção o novo projeto de educação do campo ancora-se a temáticas cravadas nas cotidianidades locais em conexão com problemáticas gerais relacionados aos direitos sociais básicos.

Um projeto educacional dessa dimensão do PRONERA vai redescobrir as experiências educativas formais e não-formais existentes no campo brasileiro de um lado, e por outro, vai apresentando um modo diferenciado de política pública que emerge das carências sociais e processos organizativos de grupos sociais que pedagogicamente vão ensinando ao Estado brasileiro a construir políticas públicas para o campo/cidade numa dimensão pedagógica inovadora e de qualidade. É como se os movimentos sociais do campo, juntamente com seus parceiros, começassem a avaliar as práticas tradicionais propostas pelo Estado e ensinassem ao mesmo a respeitá-los como sujeitos sociais-históricos capazes de pensar e formular políticas sociais mais eficientes e democráticas. Neste sentido a educação do campo constitui na contemporaneidade um debate e uma política fundamental entre vários segmentos dos movimentos sociais e dos gestores locais, regionais e nacionais. Ou seja, a capacidade de organização, criticidade, criatividade e de resistência dos movimentos sociais rurais, força os setores estatais a atenderem suas demandas o que representa um processo educativo também para o próprio Estado.

No ano de 1998 ocorreu na cidade de Luziânia-Goiás a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, além de um conjunto representativo de entidades ligadas com a problemática da educação no campo, contamos com a presença da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e da Comissão Pastoral da terra- CPT, do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, da Universidade de Brasília - UnB e da UNESCO, um compromisso dessas instituições foi o de sensibilizar e mobilizar a sociedade e órgãos governamentais para os dilemas do campo brasileiro, especialmente o direito à educação para os povos do campo que formam a população rural brasileira, como os camponeses, indígenas, pescadores, ribeirinhos, entre outros. Como publicização, visibilidade e socialização dos

debates ocorridos durante a referida conferência foram sistematizados vários Cadernos, sobre temas relacionados à educação do campo, como se expressa Arroyo (1999), em um dos Cadernos, que trata da pedagogia dos gestos como característica marcante do movimento social do campo; setores da sociedade brasileira têm aprendido com este, a entender que suas ações se expressam diferentemente dos modelos oficiais, pois, as mobilizações, os rituais, as músicas, as ocupações, as escolas o jeito pedagógico de pensar, ensinar e vivenciar o ensino têm nos obrigado a pensar e repensar como a educação do campo é tratada neste país.

Dessa forma, uma pedagogia para atender os povos do campo, precisa considera os elementos simbólicos das culturas que norteiam os modos de vida desses educandos e comunidades, especialmente, no tocante as alternativas produtivas, as suas práticas e rituais, as suas curas, festividades, temporalidades. Pois entendemos, como o autor apontou que essas vivências são marcadas por gestos, musicalidades, corporeidades, sociabilidades que vão delimitando o pensar, o fazer e o contemplar desses povos que são, por razões ontológicas, completamente diferenciadas dos universos simbólicos daqueles que habitam cidade de grande e médio porte. Negar, camuflar ou tentar silenciar tais diferenciações foi e continua sendo o grande equívoco, ausência e fracasso das políticas públicas direcionadas aos povos do campo, sobretudo a educação escolar.

Outra discussão que vai alimentando, o debate sobre uma educação do campo e não no campo, é que tal reflexão só terá sustentação se articulasse com outros setores da sociedade civil brasileira, no sentido de pensar na construção de um projeto popular para o Brasil que tenha como paradigma a democratização das esperas públicas e a construção de uma sociedade sustentável, especialmente quando pensamos no campo brasileiro frente aos novas perspectivas e avanços do modo de produção capitalista. E é óbvio que o espaço da escola posposto pelos movimentos sociais, se apresenta como um instrumento vital para vivenciar, propor e elaborar tal projeto.

O amadurecimento da proposta de uma educação do campo vai ganhando espaço em vários cenários do Brasil, tanto nos movimentos sociais rurais, em universidades públicas e em setores estatais tanto no âmbito municipal, estadual e federal, e com isso essa política pública vai ganhando mais legitimidade e praticidade, dessa forma registramos que no ano de 2001, o Conselho Nacional de educação – CNE e a Câmara de Educação Básica – CEB, através do parecer do CNE/CEB N.º 36/2001, institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; e a Resolução CNE/CEB N.º 1, de 1.º de abril de 2002.

Como vislumbramos a educação do campo vai cada vez mais se corporificando nas práticas dos movimentos sociais e educadores, como também na legislação brasileira, nos espaços formais, não-formais e informais de educação e nos debates e reflexões germinadas em aulas,

encontros, reuniões, seminários, etc. Foram de um lado alimentando e dando forma pedagógica e política a utopia de se ter uma educação do campo, e por outro, que essa fosse construída nos mosaicos dos próprios sujeitos sociais assistidos e que tenha como paradigma fundamental reconstruir as identidades locais, a democracia participativa, a competência e a qualidade político-pedagógica.

Outro evento de relevância que trata da educação do campo, mediante o surgimento das primeiras experiências foi em 1997 o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária – ENERA, como o objetivo de refletir, avaliar e propor experiências e projetos que atendam as especificidades sócio-política e pedagógica do PRONERA, em especial a formação do educador. Dentre várias reflexões ocorre uma que consideramos base neste processo: desconstruir a concepção tradicional que no campo brasileiro não ocorre práticas sociais e culturas “eficientes” para serem abordadas nos manuais didáticos, o que alimentou a séculos a visão que a educação do campo deveria ser a continuidade da educação da cidade. Nesses mais variados e expressivos encontros essa problemática foi refletida e reelaborada e daí surgiu a expressão educação DO campo e não educação NO campo. Ver Caderno SECAD nº 02,2007, p.13 do MEC, "Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas:

Para se conceber uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário mobilizar e colocar em cheque (*sic*) idéias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. Mais do que isso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter as desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e cidade.

Pensando que esse novo paradigma de educação para o campo, tem como princípio à contextualização dos envolvidos enquanto educandos/educadores e comunidade, outra destaque e que essa educação DO campo pó si não representa uma prática pedagógica diferenciada no contexto da escola (espaço físico), mas deve ser parte de uma rede de articulação que pensa o campo como um todo, na qual a escola será uma instituição social/comunitária no seio dos assentamentos rurais.

Um desafio que esta posto com os projetos educativos do PRONERA é ver o campo como território de vida e trabalho, através das práticas sociais, valores culturais e éticos e trabalho numa dimensão cultural e econômica da própria vida(visão que se diferencia completamente da concepção de vida e trabalho para aqueles que habitam a cidade) e neste sentido a educação do

campo prioriza esse território camponês e seus espaços e lugares, como instrumentos para pensar uma pedagogia que convida o camponês a pensar o mundo mediante o lugar onde pisa, come, dança, reza, trabalha, etc. Fortalecendo com isso as identidades locais e suas interfaces com as demandas globais.

PEREIRA, (2008, p.40), citando CALDART, (2004, p.21), descreve que o paradigma da educação do campo deve ser pedagogicamente tocado por uma relação dialógica, evidenciando, assim, uma nova concepção de educação que "[...] legitima na sua existência a pedagogia do oprimido, à medida que afirma os pobres do campo como sujeitos legítimos de um projeto emancipatório e por isso mesmo educativo". "A teoria da ação dialógica está embasada na colaboração, na organização e na síntese cultural, o que significa combater a manipulação através da liderança revolucionária, tendo como compromisso a libertação das massas oprimidas."

As experiências de educação do campo que, emergiram também das vivências dos camponeses organizados em movimentos sociais, foram apontando para novas perspectivas e desafios, sobretudo do ponto de vista da própria pedagogia do campo, o que sabiamente inspirou CALDART a denominar de Pedagogia do Movimento, o que fica inviável refletir neste momento, considerando a natureza deste artigo, os significados dessa pedagogia no contexto do pensamento pedagógico brasileiro e também dos movimentos sociais rurais e urbanos. E como a mesma foi fundamental para fundamentar e refletir as experiências do PRONERA.

Referências

- ANDRADE, Márcia Regina, DI PIERRO, Maria Clara, MOLINA, Mônica C. e JESUS, Sonia Meire A. de. (org.) **Uma avaliação do programa nacional de educação na reforma agrária**, São Paulo: Ação Educativa, PRONERA 2004.
- ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo**. V. 2. Brasília, 1999.
- BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo**. V. 3. Brasília, 1999.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Leitura freireanas sobre educação**. In: FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). Série Paulo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SOUZA, Maria Antonia. **Educação do campo** – proposta e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

- KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (org.). **Por uma Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. V. 4. Brasília: 2002.
- CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar J. (org.). **Educação do campo: identidades e políticas públicas**. Coleção por uma Educação do Campo. V. 4. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002.
- PEREIRA, Fabíola Andrade. **A Educação de pessoas jovens e adultos e a cidadania no campo: um olhar sobre o PRONERA norte de Tocantins**, Dissertação de Mestrado, 2008- PPGE- João Pessoa-PB
- MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.
- DI PIERRO, Maria Clara; ANDRADE, Márcia Regina. **PRONERA: dados básicos para uma avaliação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- CALDART, Roseli. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Caderno n. 2. Brasília, março de 2007.
- NETO, Luiz Bezerra. **Sem-terra aprende e ensina: estudo sobre as políticas educativas dos movimentos dos trabalhadores rurais**. Campinas: Editores Associados, 1999.
- KOLLING, Edgar; NERY, Israel; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação básica do campo**. V. 1. Brasília, 1999.
- SILVA, Severino Bezerra da. **Assentamentos rurais- territórios de conflitos e sociabilidades camponesas**. Tese de doutorado 2003- PUC-SP
- UNESCO-CEEAL-CREFAL-INEA. **Séptima Reunión Del Comitê Regional Intergubernamental Del Proyecto Principal de Educación em América Latina y El Caribe – Documento de Trabajo – Balance de los 20 años Del Proyecto Principal de Educación em América Latina y El Caribe**. Santiago de Chile, Mayo de 2000.